

# CRÍTICA

## O PERONISMO E A INVENÇÃO DOS INTELLECTUAIS ARGENTINOS

Os intelectuais e a invenção do peronismo, *de Federico Neiburg*. São Paulo: Edusp, 1997, 242 pp.

**Luiz Guilherme Piva**

*Ahora, cuesta abajo en mi rodada,  
las ilusiones pasadas  
yo las no puedo arrancar.  
Sueño con el pasado que añoro,  
el tiempo viejo que lloro  
y que nunca volverá*  
Gardel e Le Pera, "Cuesta abajo"

Os intelectuais argentinos que se dedicam às ciências sociais (mas não só estes) se constituem a si mesmos e constroem ideologicamente a história de seu país a partir da avaliação que têm do peronismo. Tomam-no todos como fenômeno crucial de ruptura com o passado — sobretudo aquele entendido como o da tradição liberal vinda, no pensamento, do romantismo (Sarmiento, Alberdi, Echeverría) e do positivismo (Bunge, Mejía, Ingenieros) e, na política, da dominação oligárquico-liberal — e como manifestação inconfundível de antiliberalismo<sup>1</sup>.

Essa convergência, contudo, é fonte de duas perspectivas frontalmente distintas: uma a que chamamos de *nacionalista* e outra a que denominamos *iluminista*. Em torno das duas se agrupam e por elas digladiam praticamente todos os intelectuais argentinos interessados em explicar seu país<sup>2</sup>. Afasta-as irremediavelmente o leque de valores. A primeira vê

a ruptura promovida pelo peronismo como positiva, a vitória da resistência nacional e popular sobre a dominação liberal (antinacional, elitista, individualista). A segunda a vê como negativa, a derrota do princípio democrático, civilizador e modernizador frente ao autoritarismo, à desorganização e ao passadismo.

O curioso é que essa postura perante o passado é um dos elementos centrais do romantismo, do positivismo e principalmente do peronismo. Nas três ideologias o passado é avaliado em termos de negação e resgate. Há sempre um passado legítimo, autêntico e constitutivo da Argentina e outro que representa um "desvio de curso" que precisa ser corrigido para que se removam os entraves à modernização, ao reencontro da nação com seu leito e seu destino históricos. A diferença diametral está em qual passado se nega e qual se reivindica.

Quem executa tal leitura histórica com extremo vigor ideológico e político é o peronismo, cuja importância na Argentina praticamente divide a sociedade entre seus partidários e adversários — e, por extensão, entre os autofiliados a um ou outro passado. É como se assim inventasse a intelectualidade argentina, que desde então só entende a si mesma e a seu país por contraste ou afinidade com o peronismo e, portanto, com os dois leitões ou vocações nacionais — configurando as duas perspectivas mencionadas acima.

(2) As formulações paradigmáticas das duas vertentes são, respectivamente: Puiggrós, Rodolfo. *La historia crítica de los partidos políticos argentinos*. Buenos Aires: Hyspamérica, 1986, 3 vols.; Romero, José Luís. *Las ideas políticas en Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1986.

(3) Tem mais vigor no peronismo, embora esteja presente nas três ideologias — e, de resto, seja própria de todas as ideologias —, por pelo menos dois motivos: mais do que conjunto de idéias, o peronismo é uma ideologia no sentido de política/

(1) Este é o ponto de partida de nossa dissertação de mestrado: *Romantismo, positivismo e peronismo: rupturas e continuidades no pensamento político argentino*. Belo Horizonte: DCP-UFMG, 1990.

Dá o título desta resenha, que inverte o do livro de Neiburg não porque estejamos em desacordo, mas porque os focos de análise são diferentes. Nosso trabalho se preocupou em analisar o discurso peronista (e o das outras duas ideologias) como resposta específica (e concretizada em projetos, ações etc.) à problemática da modernização no seu tempo e dele haurir os conteúdos centrais, que ao cabo se revelaram muito afins aos das escolas antecessoras.

Neiburg foca os intelectuais argentinos dos últimos cinquenta anos e suas interpretações do peronismo, mostrando que elas a seu modo terminam por inventar ou criar o próprio peronismo. O autor parte da verificação de que na Argentina "as representações sobre a cultura e a sociedade" se dão como dicotomia: "Boa parte das teorias produzidas por seus pensadores consagrados, em vez de acentuar os pontos de concordância, tem preferido identificar temas e questões que foram objeto legítimo e necessário de polêmica e de posicionamento. Termos como *civilização* e *barbárie*, *nacionalismo* e *liberalismo*, *peronismo* e *antiperonismo*, entre outros, serviram para desenhar a geografia de campos de batalha 'tipicamente argentinos', nos quais se definiram os conteúdos da cultura nacional, assim como as características sociais de seus intérpretes. [...] Diferentes 'explicações da Argentina' e dos 'modos de ser' dos argentinos serviram de argumento para legitimar essa história [do país]. A intenção deste livro é explorar um de seus capítulos, aquele em que 'explicar o peronismo' foi sinônimo de 'explicar a Argentina'" (p. 14).

Ou seja, o peronismo demarca o cenário de batalha e nele "constituíram-se as figuras intelectuais que têm ocupado o campo da produção cultural do país nos últimos anos. Nesse mesmo cenário, o próprio peronismo foi construído" (p. 15). Aqui se localiza o motivo da sutil inversão que fizemos no

doutrina de Estado, com tentáculos culturais, institucionais, econômicos etc.; e, mesmo considerando-se que o romantismo chegou ao poder — Alberdi redigiu o anteprojeto da Constituição de 1853 e Sarmiento foi presidente (1868-74) — e iniciou reformas vertiginosas, o espaço de ação e embate políticos era ainda restrito a pequenos círculos. O peronismo traz a novidade espantosa, para as elites e os intelectuais, de marcar, com a urbanização e a industrialização, a entrada torrencial das massas na vida política, e mais, de ser por elas apoiado. Os positivistas e o presidente Yrigoyen já haviam começado a lidar com essa questão, mas o fenômeno se configura de fato no peronismo e deixa a perplexidade, a necessidade de explicação, escancarada como esfinge — em torno da qual a doutrina de Estado cuidou de reforçar os alinhamentos.

título. Explicar o peronismo como explicação da Argentina, de sua história, de sua "essência", de seu "destino", como têm feito os intelectuais há cinquenta anos, é uma chave fornecida pelo próprio discurso peronista, e mais, pelo próprio discurso peroniano, na sua forma concreta de ver sua quadra histórica e a ela apresentar respostas políticas, econômicas e ideológicas. Não é uma chave que os explicadores inventaram ou escolheram. Ao se posicionar frente ao peronismo, os intelectuais aceitaram que forçosamente teriam de se posicionar frente ao "duelo" histórico proposto por Perón. Sem essa chave, os intelectuais argentinos tais como são, que é como Neiburg quer estudá-los (nunca são só intelectuais, mas sim intelectuais peronistas ou intelectuais antiperonistas), não existiriam, e explicariam ou não o peronismo de outros mil modos possíveis, como ocorre quando não há obsessão por um tempo velho pelo qual se chora.

Neiburg rejeita o que diz estar presente na maior parte das interpretações do peronismo, que é a separação entre interpretação e realidade, e quer refletir "sobre a relação entre a gênese social dos intérpretes da realidade, suas interpretações e seus objetivos" (p. 16). Rejeita também que o peronismo seja construído como "mera narrativa" ou ficção intelectual. Reconhece-o como fenômeno social extenso, ao qual as próprias interpretações se agregam. Não quer discutir o peronismo, porém, e sim "por que e como o peronismo se transformou em problema" para os intelectuais que o interpretam. Nossa hipótese é de que o discurso de Perón e do peronismo é parte constitutiva do fenômeno social e histórico peronista: seu duelo com um passado em nome de outro com base no qual se construiria a moderna Argentina fornece muito do conteúdo do próprio peronismo. Com essa equação ele define seu projeto modernizador, reparte aliados e adversários de seu projeto e demarca para trás e para frente duas histórias e dois projetos. Essa é a problemática que os intelectuais argentinos aceitaram como válida ou única e dela até hoje retiram sua existência.

Neiburg não aventa essa hipótese, ou antes não é esse seu interesse. Mas, mesmo sendo outro seu foco, ela poderia ajudar a diminuir sua perplexidade diante da postura de pretensa reencarnação de verdades históricas com que os intelectuais desde então se apresentam e a evitar que se desperdiçasse a verificação de que as interpretações do peronismo feitas por esses intelectuais "requeriam propostas de

reorganização da sociedade e se faziam acompanhar por verdadeiros projetos de nação" (p. 20).

O livro se estrutura em seis capítulos. No primeiro Neiburg situa, por meio de três obras, a emergência do tema do peronismo em numerosos debates e publicações depois de 1955 (ano da queda de Perón). Mario Amadeo (1956) oferece uma tábua de classificações das posições em debate e propõe assimilar o peronismo para "desperonizar" o povo. Carlos Strasser (1958) realiza vasta enquête com todas as esquerdas da época (pró e contra Perón) sobre seu posicionamento diante do peronismo. E Carlos H. Fayt (1967) apresenta inúmeras conceituações, classificações e linhas interpretativas do fenômeno. *Nas três obras o tema é: por que o peronismo é popular, como se dá a adesão do povo, como manter tal adesão ou como desviá-la para outros líderes. Como foi dito acima, o debate se dá no campo proposto por Perón*, e Neiburg o intui: "A rigor, as formulações sobre o peronismo produzidas pelos intelectuais politicamente vitoriosos na Revolução Libertadora [1955] não somente dialogavam e discutiam com os conteúdos propostos por seus adversários, como também deles se nutriam e lhes davam legitimidade" (p. 19). No caso do livro de Fayt, a importância se deve a que "o peronismo havia deixado de ser percebido como um problema eminentemente político e passara a ser visto como um problema *ao mesmo tempo* político e acadêmico" (p. 39).

No segundo capítulo, Neiburg analisa as trajetórias e formulações de alguns dos debatedores paradigmáticos do peronismo: Jauretche, Hemández Arregui, Victoria Ocampo, Martínez Estrada, Oscar Masotta e Torcuato Di Tella—este último é seguidor de Gino Germani na institucionalização da Sociologia Científica no país, a qual não escapou dos termos do debate como ele se punha e "teve de propor um tipo de relação com o povo peronista, transformando-se, assim, em um exemplo extremo e paradoxal de populismo intelectual" (p. 84). O ponto central do capítulo é mostrar que os debatedores atribuem validade a seus argumentos e aos dos oponentes por meio da desqualificação destes últimos. A generalização desses argumentos de autoridade fez com que "o somatório e a cumplicidade das diferentes *autoridades* que falavam sobre o peronismo acabaram sancionando sua própria existência" (p. 44). Como dissemos, os intelectuais tiram sua vida do defunto peronista.

O terceiro capítulo nos parece o mais importante. Nele Neiburg avalia que a postura dos intérpretes

equivale à de "novos profetas", à dos construtores de mitos, que se apresentam como "intérpretes autorizados dos dilemas nacionais" ao legitimar interpretações que constroem o peronismo como fenômeno ancestral e ao mesmo tempo como referência (positiva ou negativa) para um projeto político de construção futura da nação. Esses intérpretes teriam buscado nos ensaístas dos anos 1930 o diagnóstico da "crise da identidade nacional" configurada pela separação entre "duas Argentinas": a moderna e urbana e a arcaica e rural, alternando-se as valorações positiva e negativa dadas a cada uma. Neiburg apresenta exemplos dessas interpretações, às quais denomina "pendular" e "evolutiva".

Neiburg na verdade se aproxima das linhas a que chamamos de paradigmáticas, a *nacionalista* e a *iluminista*. O problema é que atribui aos intérpretes a criação do peronismo como descontinuidade com uma Argentina e como continuidade de outra Argentina: "Dessa maneira, fortaleceram a eficácia performativa do debate sobre o peronismo e contribuíram para sua construção" (p. 117).

A nosso ver, a centralidade dada à invenção processada pelos intérpretes perde de vista o conteúdo ideológico que o próprio peronismo se atribuiu com sucesso. Suas relações ideológicas com o passado seguem o mesmo esquema de negação/restauração encontrado antes no romantismo (principalmente) e no positivismo. A geração romântica se diz herdeira dos verdadeiros ideais da pátria, lançados em 1810 e derrotados por Rosas. Esses ideais teriam ressurgido em 1852. Perón, na mesma trilha, inverte radicalmente os signos e atribui à história reivindicada pelos românticos o atraso da nação. Perón quer o passado que fora derrotado em 1852 *e arroga para si e para o movimento de massas que lidera o reencontro com os símbolos que seriam os verdadeiramente constitutivos da essência argentina*. Associa o "esplendor futuro", o desenvolvimento econômico e a organização política da sociedade a essa essência e quer extirpar do percurso os entraves que teriam sido interpostos pelas "culturas alheias", corrigir o "desvio de curso" provocado pelas idéias liberais, pelas oligarquias, pela Buenos Aires estrangeira e descolada da Argentina e do povo. Fala em "nova Argentina", mas como reconstituição de sua "comunidade autêntica". Confia no apoio popular para superar o hiato porque "[d]esde San Martín até os nossos dias, apesar da traição dos governos que viveram de costas para os interesses do país, apesar da influência de podero-

sas correntes imigratórias de idiossincrasia diferente e apesar da mudança fundamental nas condições gerais de vida criadas pelo progresso, o povo soube manter, na intimidade de sua essência, os sentimentos e os pensamentos de origem sanmartiniana, e soube atuar em consonância com eles cada vez que foi necessário fazê-lo em defesa da Pátria"<sup>4</sup>.

A continuidade se relaciona com os ideais lançados por San Martín em 1816 — e não com os da Independência, em 1810, que é o marco histórico consagrado por românticos e positivistas. E a ruptura diz respeito, no discurso, ao presumido fim de uma época de "opróbrio" e de exclusão e ao advento do desenvolvimento e da democracia popular. A modernização (industrialização, corporações etc.) proposta por Perón, portanto, aponta para o futuro e para o passado e se apresenta como (re)constituição, na sociedade de massas urbanas, da "comunidade organizada".

Os intérpretes posteriores a 1955, que povoam o livro de Neiburg como inventores do mito peronista ao analisar o peronismo pelo prisma das duas Argentinas, na verdade estavam dando curso ao roteiro de Perón, pondo-se contra ou a favor, mas cavando fundo uma separação ideológica da história que Perón propôs e com a qual deu substância a seu movimento — muito embora, em termos de políticas públicas, de projeto modernizador e de organização política e social, Perón, românticos e positivistas, ligados às suas respectivas problemáti-

cas históricas, estejam mais próximos entre si do que pretenderam exegetas de um e outro lado. É que a separação ideológica da história deu vida a Perón, ao peronismo, aos antiperonistas e aos intérpretes do peronismo, e por isso ela tem se mantido acesa.

Mantendo as linhas gerais, Neiburg fecha a lente nos três capítulos seguintes e deita os olhos sobre o Colégio Livre de Estudos Superiores, sobre Gino Germani e a Sociologia Científica e sobre o processo que chama de "desperonização e inovação na universidade". Há muito o que aproveitar de informação nova trazida por esses capítulos, mas o central está nos capítulos anteriores.

Originariamente tese de doutorado em antropologia social defendida na UFRJ, o livro de Neiburg é ao mesmo tempo exceção, pelo universo escolhido e pela qualidade de tratamento, e regra: afinal, mais uma vez um intelectual argentino acerta contas com seu passado e com seus mortos. Na Argentina, os vivos convivem nas ruas e cafés com todos os seus mortos, antigos e recentes. Neles localizam a esperança e a possibilidade de voltar a ser prósperos e felizes. Há divergências quanto a que mortos e a que passado são de fato os que merecem essa crença. Mas o presente — e os maus governos das últimas décadas só reforçam tal impressão — lhes parece sempre deturpação do fausto e da autenticidade de outrora. Na Argentina os mortos inventam os vivos.

(4) Discurso de 20 de junho de 1953, apud Míguez, Francisco. *Patria y patriotismo en Juan Perón*. Buenos Aires: s/e, 1973 (tradução minha).

Luiz Guilherme Piva é economista, doutor em ciência política e assessor da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.